

APONTAMENTOS SOBRE A REESTRUTURAÇÃO COMERCIAL E A PRECARIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES *

Luzimar Barreto França Junior **

Resumo:

Este trabalho pretende iniciar a problematização dos fenômenos que atinge o setor do comércio na atualidade: o da reestruturação que vem ocorrendo desde as duas últimas décadas do século XX e a precarização do estatuto jus-trabalhista dos comerciários e dos demais trabalhadores envolvidos neste setor. Trata-se de uma tentativa de correlacionar o profundo e intenso movimento de concentração e internacionalização do setor, havidas pelas seguidas fusões, aquisições e incorporações, bem como as recentes transformações tecnológicas, as novas formas de gestão e as variadas estratégias de varejo, que podem implicar na utilização de um grande número de trabalhadores contratados sob as mais variadas rubricas e ainda, na precarização do estatuto salarial de todos os trabalhadores envolvidos, mormente, considerando-se empregadores de grande capacidade econômica como é o caso de grandes redes hipermercadistas.

Palavras-Chave: reestruturação, comércio, hipermercados, comerciários, precarização.

* Texto elaborado a partir do projeto de pesquisa de mestrado: “O mundo do trabalho nos hipermercados – um estudo sobre o Carrefour”, sob orientação do Professor Dr. Giovanni Alves.

** Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente; especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; mestrando em Ciências Sociais e Política pela Faculdade de Filosofia e ciências (FFC)/Unesp/ Marília.

Email: luzimarjr@gmail.com

NOTES ABOUT RESTRUCTURING IN COMMERCE AND THE PRECARIZATION OF THE STATUTE JUS-LABOUR OF THE COMMERCIAL EMPLOYEES

ABSTRACT:

The article intends to start the problematization of the phenomena that reaches the sector of the retail commerce in actuality: the restructuring that comes occurring since the two last decades of century XX and the precarization of the statute jus-labour of the commercial employees and involved ones in this sector. This is an attempt to correlate the deep and intense movement of concentration and internationalisation of the sector, followed by mergers, acquisitions and incorporations, as well as the recent technological transformations, the new forms of management and the various strategies for retail, which can involve the use of a large number of workers hired under the most varied forms and still, in the precarization of the wage statute of all the involved workers, mainly, considering employers of great economic capacity as it is the case of greats hipermarkets.

Keywords: Reorganization. Commerce. Hipermarkets. Commercial employees. Precarization.

Introdução:

Nas duas últimas décadas do século XX, pôde se verificar nos países capitalistas centrais, profundas transformações no mundo do trabalho ocorridas tanto nas variadas maneiras de inserção do trabalhador na estrutura produtiva, bem como nos tipos de subjetivação/conformação da classe trabalhadora na nova ordem. As mais variadas formas de inovações, bem como as “modernas técnicas de gestão”, inserem-se e desenvolvem-se no seio das relações de trabalho e de produção do capital, extrapolando o universo fabril, atingindo setores relacionados aos serviços, educação, saúde, e, em específico no comércio varejista, entre outros.

A reestruturação produtiva e organizacional no setor comercial vem ocorrendo de forma significativa. Intrincados mecanismos de gestão e controle do processo produtivo e da força de trabalho, tais como a utilização da microeletrônica, a informatização no controle do processo de trabalho, o uso de técnicas “modernizadas” de gerenciamento e a utilização de novos equipamentos, e mesmo a ampliação do processo de terceirização, têm sido algumas das medidas adotadas por

empresas do setor, cujos reflexos recaem diretamente sobre as relações trabalhistas, sinalizando novos desafios para a classe-que-vive-do-trabalho. Além disso, a ocorrência de fusões, aquisições, incorporações, transformam de forma rápida e significativa o panorama do setor comercial.

Pretendemos neste texto elaborar algumas reflexões sobre o processo de reestruturação e a precarização do trabalho no setor do comércio. De início, faremos uma apresentação sobre as diversas formas com que o trabalho é absorvido em tempos

“modernas técnicas de gestão”, inserem-se e desenvolvem-se [...] atingindo setores relacionados aos serviços, educação, saúde, e, em específico no comércio varejista, entre outros

de reestruturação produtiva, para em seguida, tecermos algumas notas sobre aspectos específicos da reestruturação junto ao setor do comércio. Após, trataremos das implicações deste processo em andamento, junto à classe

trabalhadora.

1. O Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva

É fato que nas últimas décadas a relação de trabalho tem se transformado, tendo havido uma acentuada diminuição no emprego formal, além do surgimento (ou incremento) de novas formas de contratação

(eventual, autônomo, cooperado, etc). Ricardo Antunes nos aponta a uma tendência de subproletarização do trabalho, onde haveria um aumento de formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, informal, entre outras (ANTUNES, 2000). Nesta toada, alguns cientistas sociais chegaram mesmo a declarar a extinção do contrato de emprego. Rifkin (1995) profecia o fim do trabalho; Meda (1995) assinala o trabalho como um valor em via de desaparecimento. Em verdade, a profecia do “fim do emprego” esconde a metamorfose que ocorre na classe trabalhadora. Quem antes era empregado, passa a ser, compulsoriamente, empreendedor e micro/pequeno empresário, porém, realizando as mesmas necessidades do capital, agora sob nova roupagem. Para o jurista Francisco Meton Marques de Lima

“(...) a sociedade moderna fabrica todo dia relações diferentes visando a descaracterizar o emprego. (...) Aparentam com o emprego celetista os contratos de empreitada em que o empreiteiro é o artífice; o trabalho autônomo; o avulso; o eventual; o doméstico. E vem surgindo o contrato de representação (muito parecido com o de empregado viajante); relação trabalhista travestida de relação amorosa (ainda existem os João Romão!). (LIMA, 1997, p.59)

Além dessa metamorfose forçada, tem-se ainda que, com a mundialização do capital e a predominância das práticas

neoliberais no decorrer dos últimos decênios do século XX, os índices de desemprego foram assustadoramente aumentados. Essa dinâmica mutacional das relações de trabalho implica, reconhecidamente, na precarização dos direitos trabalhistas e a diminuição drástica dos níveis de emprego formalizado em CTPS. Sérgio Lessa, professor de Filosofia da UFAL explica:

Vivemos uma quadra histórica em que a ampliação e a intensificação da exploração do trabalho tem levado a um assustador renascimento, não apenas de formas de trabalho típicas da manufatura anterior à Revolução Industrial, como ainda de formas pré-capitalistas como o escravismo. Temos hoje, na moderada avaliação de Kevin Bales, três vezes mais escravos do que a totalidade dos seres humanos retirados da África durante todo o período colonial. Nossas cidades e as zonas rurais estão em nítido processo de pauperização enquanto as fortunas de uns poucos se elevam a bilhões de dólares em tempo recorde. (...) O que temos na “Terceira Itália”, caso tão citado pelos que defendem as teses do “trabalho imaterial”, é exemplar de como nossos autores procedem na fabricação de ilusões. Lá, várias indústrias fizeram os trabalhadores comprarem as máquinas e as instalarem em suas casas para produzirem as roupas que a Benetton, o exemplo mais citado, vende em sua cadeia de lojas. (...) Ao converter o trabalhador em proprietário da máquina, parte do capital constante é agora fornecido pelo próprio trabalhador. Ao transformar o trabalhador em proprietário da máquina na qual ele e sua família trabalham, faz do antigo operário o capataz de si e de sua família. (...) Ao fazer do trabalhador ser o seu próprio operário (ou, se quiserem, ao forçar o operário, além de trabalhar, também a personificar o

capitalista), o capital amplia sua lucratividade economizando nos “custos Sociais” e administrativos. E, por fim, o operário ao não encontrar no mercado ninguém disposto a comprar as peças que ele fabrica e na escala em que o faz a não ser seu antigo patrão, termina submetido a um processo de produção cuja razão de ser continua sendo dada pelo capital (ironicamente, muitas vezes pelo mesmo grupo capitalista que antes assinava sua carteira de trabalho). (LESSA, 2002)

Não restam dúvidas de que esta marcha de precarização resulta das políticas neoliberais predominantes desde o último quartel do século XX, bem como, das diversas formas de reestruturação que se tornaram práticas comuns nestas últimas décadas, em diversas empresas e em diversos setores.

No Brasil, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) tornaram efetivas as idéias neoliberalizantes, dentre elas, o aprofundamento da abertura da economia nacional, a privatização de empresas e de serviços públicos e a intensa desregulamentação das relações de trabalho (BOITO JR, 1996). Diversos indicadores sociais da época mostraram que os grandes resultados conquistados pelos empregadores na década neoliberal deram-se à custa da retração dos postos de trabalho, além, da degradação de estatutos salariais e

proliferação de trabalhos temporários e terceirizados (ALVES, 2002).

Na região metropolitana de São Paulo, a proporção de empregados com carteira de trabalho assinado do setor privado ou estatutários do setor público, ou seja, gozando dos direitos sociais, era de 57,3% da população economicamente ativa (PEA) em 1989 e apenas 40,2% em 2001. Nesses doze anos, os desempregados subiram de 8,7% para 17,6%; os assalariados sem registro passaram de 8,3% para 11,7%; os autônomos de 14,2% para 17,4%; os empregados domésticos de, 5,6% para 6,9%; os empregadores, de 3,7% para 3,9%; e os demais, (membros não remunerados da família, trabalhadores apenas para o autoconsumo etc.) de 1,9% para 2,3%.¹ Enfim, resta patente a relação entre a reestruturação produtiva em curso, signo de uma nova ordem neoliberal, e os altos níveis de desemprego e precarização no mundo do trabalho.

2. A Reestruturação no Setor Comercial

Cumprido lembrar que a gênese sócio-histórica desses fenômenos de “reestruturação produtiva” tem vinculação

¹ Dados da pesquisa do SEADE/DIEESE em Estudos Avançados, nº 47, jan-abr 2003, p. 21-42.

com o setor fabril. Desde o aparecimento da indústria, desde o ideário fordista da grande indústria verticalizada, até a recente onda pós-fordista ou toyotista, em todas estas passagens, a produção de bens sofreu severas modificações, tornando velho e depreciado o regime anterior. A bem da verdade, em muitos setores e países, há ainda a prevalência de diversos modos de produção convivendo entre si, porém, despontam modos de produção preponderantes tal como hoje ocorre com o toyotismo.

Encontramo-nos num período de ratificação do toyotismo. Deixamos a era da produção maciça de bens para iniciar o da produção flexível. O desenvolvimento da comunicação e da linguagem informacional no âmbito da produção é expressão da mudança econômica e produtiva que estamos vivendo. Passou-se da grande indústria que abrigava em seu interior todos os processos de produção, para um modelo de descentralização produtiva. Muito embora o novo modo de produção tenha nascido nas fábricas, o certo é que houve o deslocamento dessas práticas para todos os setores da economia mundial, inclusive o comércio.

O comércio está no centro do processo de circulação das mercadorias, estágio fundamental das vendas ou realização das mercadorias

O comércio está no centro do processo de circulação das mercadorias, estágio fundamental das vendas ou realização das mercadorias. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), através da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), divide o setor de comércio em três grandes categorias: 1) comércio atacadista, 2) comércio varejista, e 3) comércio de veículos e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis. Por sua vez, o comércio varejista segmenta-se em diferentes formatos de estabelecimentos – hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, *delicatessens*, clubes de compra, *home centers*, *off price stores*. No Brasil, predominam ainda os pequenos comércios (tradicional), com forte tendência para o fortalecimento dos super e os hipermercados em detrimento aos demais formatos.

A diversidade de formatos dos estabelecimentos comerciais resulta numa grande variedade de comportamentos empresariais, tanto em função da natureza das mercadorias comercializadas – se produzidas dentro do país ou importadas, se de origem agrícola ou industrial, se de alta ou baixa tecnologia –, quanto relacionada com

seu destino - para o mercado externo ou interno, para utilização intermediária ou final, e, neste último, se para consumidores de baixa, média ou de altas rendas. Cada um destes tipos comerciais, conforme esteja inserido numa dessas divisões, tem um comportamento distinto, inclusive, na relação com os seus trabalhadores.

Basicamente, o setor do comércio caracteriza-se pela venda e revenda de mercadorias ao consumidor final. Sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é aproximadamente de 8%, ocupando 9 milhões de pessoas conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o ano de 1999. O comércio no Brasil é, ainda hoje – apesar do crescimento das grandes cadeias de lojas – pulverizado em um grande número de estabelecimentos de pequeno porte. Em todo o país, no último triênio dos anos 90, existiam cerca de 1 milhão de empresas comerciais. No mesmo período, o número de trabalhadores absorvidos no setor aumentou em 303.925 pessoas² no Estado de São Paulo.

De maneira geral, constata-se que o setor tem seguido a tendência dos demais no que diz respeito ao processo de reestruturação e de concentração,

especialmente nas grandes redes³, ainda que com algum atraso quando comparado com a indústria. SEGRE, ao analisar o segmento dos supermercados revela a preocupação quanto ao tratamento deferido aos trabalhadores:

Fusões, incorporações, adoção de novas tecnologias, enfoque logístico, lançamento de marcas próprias e comércio eletrônico são estratégias que podem garantir um aumento no faturamento e a elevação dos lucros. Isto acarreta um aumento na acumulação. Entretanto, neste cenário, não está claro qual o novo papel a ser desempenhado pelo trabalhador e qual o benefício que o mesmo terá direito.

(...) De uma forma geral, a maior desvantagem no processo de automação comercial é a diminuição de postos de trabalho. Mesmo no caso de situações de expansão, como por exemplo, no aumento de número de lojas e/ou no número de check-outs para diminuir as filas, não se identifica uma criação significativa de empregos, já que há muitos casos de remanejamento de pessoal. Isto é devido, em grande parte, ao aumento de produtividade dos caixas automatizados e à otimização de operações realizadas pela retaguarda da loja, conjugada com a terceirização de processos e operações que têm implicado corte de pessoal de apoio. O número de empregos não acompanha a dinâmica de outros índices do setor. A implementação de novas tecnologias em conjunto com novos processos organizacionais como: a terceirização, a saída dos atendentes dos setores de açougue, padaria, frios e hortifrutigranjeiros do centro da loja para a retaguarda ocasionam uma diminuição do

² Os números fazem parte da pesquisa encomendada pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo ao Dieese.

³ A expressão “grandes redes” se refere às 300 maiores empresas comerciais no Brasil, em volume de faturamento, segundo *Ranking* da ABRAS – Associação Brasileira dos Supermercados.

número total de funcionários nas lojas. (SEGRE, 2002)

Como resultado dessas mudanças (fusões, aquisições, incorporações) destacam-se a concentração de determinados segmentos varejistas, a maior participação de capital e controle acionário estrangeiro, a adoção de novas práticas mercantis e as

alterações no relacionamento entre as empresas e os seus trabalhadores. No ano de 1994, as 20 maiores empresas detinham 57% do faturamento do setor. Três anos mais tarde, em 1997, esse índice já era de 60%. A **Tabela 1** nos permite ter uma idéia geral do movimento de fusões e aquisições no setor varejista entre os anos de 1989 e 2002.

Tabela 1 – Número de fusões e aquisições de supermercados por empresa adquirente, 1989-2002.

Rank 2001	Empresa	n.º de Fusões Aquisições
1	CBD	28
2	Carrefour	19
3	SONAE	11
NR	Zona Sul	7
NR	Royal Ahold	5
74	ABC – ABC Alimentos	5
4	Bom Preço/Royal Ahold –Jerônimo Martins	5
7	Jerônimo Martins/Sé – Jerônimo Martins	4
8	G. Barbosa	3
11	Irmãos Bretas	3
NR	Nacional	3
61	Bonanza Super	2
5	Casas Sendas	2
15	DMA Distribuidora S/A	2
140	FLATEL	2
14	SONDA	2
NR	Supermercado Mambo	2
113	Uni Compra Super	2
--	Outras Empresas (1 Fusão/empresa)	46
	TOTAL	153

Fonte: dados da ABRAS (2003). NR – Não há registro no ranking.

O período compreendido entre os anos 1997 e 1999 foi emblemático. No curto espaço de três anos as principais fusões e

aquisições realizadas redesenharam, de forma drástica, a configuração do setor, conforme demonstrado na **Tabela 2**

Tabela 2 – Fusões e Aquisições no setor do comércio no Brasil – 1997/99

DATA	FUSÃO/AQUISIÇÃO
Final de 1997	Sonae adquire totalidade das ações da Companhia Real de Distribuição
Final de 1997/98	Pão de Açúcar adquire Freeway, Millo's e pontos das redes Mambo, Ipcal e SAB
Dezembro de 1997	Carrefour compra Eldorado
Dezembro de 1997	Jerônimo Martins compra Sé do Grupo Garantia
Abril de 1998	Garantia compra Abastecedora Brasileira de Cereais (ABC)
Junho de 1998	Grupo Pão de Açúcar compra Barateiro
Junho de 1998	ABC adquire cinco lojas Serra e Mar
Agosto de 1998	Sonae adquire 85% do Cândia
Setembro de 1998	Comptoirs Modernes negocia a aquisição dos supermercados das Lojas Americanas
Novembro de 1998	Sonae adquire o Mercadorama
Dezembro de 1998	J. C. Penney adquire controle de capital da Renner
Janeiro de 1999	Grupo Pão de Açúcar compra a rede Peralta

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. ABRAS. Disponível em: www.abrasnet.com.br.

Uma característica relevante da reestruturação que vem ocorrendo no Brasil é a intensa internacionalização do setor impulsionada pelos investimentos dos varejistas europeus, que buscam ampliar seus mercados consumidores, além, é claro, das seguidas desvalorizações sofridas pela moeda

brasileira que, ao final, baratearam o valor das empresas cotadas em Real e estimularam as compras por parte das redes internacionais que dispunham de dólares. A **Tabela 3** revela a origem do capital das maiores empresas varejistas no ano de 1999.

Tabela 3 – Origem do capital das maiores empresas varejistas. Brasil – 1999

Posição no Ranking Nacional (em 1999)	Empresa	Faturamento 1999 (R\$ bi)	Origem do Capital
1	Carrefour	7,94	Francês
2	Pão de Açúcar	7,76	Brasileiro/Francês
3	Sonae	2,85	Português
4	Bom-Preço	2,64	Holandês
5	Sendas	2,38	Brasileiro
6	Wal-Mart	0,96	Americano
7	Sé Supermercado	0,71	Português

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. ABRAS. Disponível em: www.abrasnet.com.br.

Como era de se prever, a intensa concentração fundamentada inclusive no processo de mundialização do capital, vêm reduzindo o número de empresas⁴ atuantes no setor. Esta diminuição, bem como o fortalecimento das empresas restantes, em razão dos processos de fusão e aquisição de redes menores, cria barreiras à entrada de novos *players*, permitindo a formação de oligopólios bastante concentrados, além de fortalecer sobremaneira, a força negociativa destas companhias.

Apesar de toda complexidade, o setor varejista brasileiro apresenta-se pouco concentrado quando comparado com o de outros países. Nos Estados Unidos, a concentração e monopolização varejista atinge índices superlativos. Se num passado recente, a Sears, que já foi a maior rede varejista americana, proprietária do outrora edifício mais alto do mundo (Sears Towers) e inventora do catálogo de vendas, nunca atingiu mais de 9% do mercado. Na atualidade, o Wal-Mart detém quase 40% do mercado varejista americano.

Na França, país de origem do grupo Carrefour, as cinco maiores empresas do setor detêm 67% do mercado. Por tais motivos, considerando-se ainda as dimensões continentais do Brasil, pensa-se

⁴ É comum o uso do termo *players*, para se referir às grandes empresas atuantes no setor.

que há espaço para a expansão de redes internacionais e de empresas locais.

Além da provável oligopolização do setor comercial, a reestruturação em andamento ainda pode ocasionar uma menor geração de emprego. Historicamente, este setor desempenhou a função de compensar o fechamento dos postos de trabalho na indústria, além, de serem em muitas localidades, o único setor organizado e na ativa. Entretanto, a medida em que aumentam a implantação de novas tecnologias e a automação no comércio, essa absorção tem diminuído drasticamente.

3. Implicações para o Mundo do Trabalho

No setor do comércio, o movimento de emprego e desemprego tem vinculação direta às políticas conjunturais e de estabilização econômica havidas no país no final do século passado. De antemão temos que salientar que no setor comercial a lógica do vínculo de trabalho é diferente da encontrada nos setores da produção. É característica própria deste setor a presença de trabalhadores informais e de micros e pequenos negociantes formais que ainda são responsáveis pela grande parcela dos negócios ocorridos no setor. São desde ambulantes, mascates, camelôs,

representantes comerciais, até pequenos proprietários de bares, empórios, armazéns, secos e molhados, quitandas, açougues, padarias, mercados que, na maioria dos casos, desenvolvem os seus negócios ainda, dentro do âmbito familiar. Para estas modalidades de comércio, os índices revelam um crescimento relevante de ocupação de mão de obra ao longo das duas décadas finais do século passado, em especial, ao comércio informal.

Por sua vez, quando nos detemos ao que vem ocorrendo junto às redes de super e hipermercados e também nas lojas de departamentos e magazines, percebemos que apesar da expansão dos negócios, aumento do faturamento e da implantação de novos estabelecimentos comerciais, os níveis de emprego não aumentam no mesmo ritmo, ao contrário, diante das novas estratégias tecnológicas e organizacionais, o que se percebe é uma acentuada redução do emprego nestes estabelecimentos.

O DIEESE, ao divulgar um estudo sobre a reestruturação tecnológica e emprego no comércio de Santa Catarina⁵ nos anos 1990, assim se pronuncia:

⁵ Artigo do ESTUDO REGIONAL N° 3. Reestruturação Tecnológica e Emprego no Comércio em Santa Catarina. Florianópolis, DIEESE, janeiro de 1999, pesquisa contratada entre o DIEESE/FAPEU e o SINE-SC, aprovada no Plano de Trabalho de 1998 pelo MTb/CODEFAT/SEFOR e Conselho Estadual de Trabalho, com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador.

Nos últimos anos desta década, o emprego no comércio vem experimentando taxas negativas. O agravamento dos fatores macroeconômicos, interno e externo; as taxas de juros extremamente elevadas e a falta de crédito; o desemprego generalizado; a redução do salário real e da massa de salários; o endividamento crescente dos consumidores de média e baixa renda, com prestações, cartões de crédito e outras formas; o acirramento da concorrência entre as grandes redes de negócios comerciais e destas com os pequenos capitais, as falências e concordatas; a modernização tecnológica, organizacional e na forma de fazer comércio com o surgimento do comércio eletrônico, principalmente de importados (e a invasão destes pelas mais variadas formas de entrada) e o enxugamento dos níveis hierárquicos e do pessoal em geral. Todos esses fatores contribuem de alguma maneira para reduzir o emprego no comércio, ao mesmo tempo que lhe dá uma face mais mundializada, mais dominada pelos grandes capitais, mais modernizada tecnologicamente, porém mais informalizada e pulverizada por comerciantes autônomos, camelôs, micros e pequenos negócios, no geral lutando pela sobrevivência para contornar o desemprego, os baixos salários, ou perseguindo o sonho de um dia ser proprietário, capitalista.

A reestruturação ocorrida no setor nos últimos anos do século passado resultou em um aumento considerável do faturamento do setor. Diante dos números da Tabela 4, podemos notar que o setor supermercadista, entre os anos 1994 e 1999, aumentou o número de lojas em mais de 47%, nominalmente, 17.770 novas lojas. O faturamento no mesmo período saltou de 34.9 bilhões de reais para 60.1 bilhões, um acréscimo superior a 72%, mesmo diante da

política recessiva e do “sucesso” inicial do plano real.

Entretanto, a partir da leitura dos dados veiculados pela ABRAS e pelo DIEESE, podemos perceber que a ocupação de trabalhadores não evoluiu na mesma cadência dos outros índices. Se em 1994 o

setor supermercadista empregava 650.000 trabalhadores, em 1999, este número alcançava 670.086, ou seja, um acréscimo de pouco mais de 3%.

Tabela 4 – O Setor supermercadista. Totais do setor, Brasil – (1994–1999).

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Número de lojas (1)	37.543	41.836	43.763	47.847	51.502	55.313
Faturamento anual (R\$bi) (2)	34.9	40.6	46.0	50.4	55.4	60.1
Empregos diretos	650.000	655.200	625.000	655.000	666.752	670.086

Fonte: Abras-2000. (1) Termômetro de vendas ABRAS, (2) Censo AC Nielsen.

As transformações ocorridas no setor do comércio, em especial nas grandes redes varejistas, além de alterar elementos específicos do setor, tais como, o *lay-out* das lojas, a disposição dos produtos nas gôndolas e prateleiras, o aumento da área das lojas e do número de *check-outs* (caixas), também experimentaram transformações já conhecidas na vida das fábricas sob a ótica do toyotismo. As formas de captura da subjetividade do trabalhador comerciário com novos esquemas de salário e gratificações, de “engajamento” com o ideário da empresa, inclusive, utilizando-se de termos específicos, tais como “colaboradores” e “associados” ao se referirem aos trabalhadores.

A incorporação de novas tecnologias, como são os leitores de código de barras, a comunicação interna das lojas, a divisão dos empregados em equipes de trabalho, cada qual, responsável pelo sucesso nas vendas de determinado setor da loja. O emprego de computadores de mão do tipo PDA (*Personal digital assistants* ou Assistente Pessoal Digital), permite uma total sincronia entre as vendas, a reposição nas gôndolas, o estoque e a compra de novas mercadorias.

Aliás, neste ponto, já existem lojas no Brasil equipadas com o novíssimo sistema RFID (*Radio-Frequency Identification* ou Identificação por Rádio Frequência) que são etiquetas coladas junto aos produtos dispostos nas gôndolas e que permitem

serem lidas através de sinais de rádio. Nestes casos, ao colocar no carrinho um produto com a etiqueta RFID, o carrinho reconhece o produto e registra a compra, ao mesmo tempo em que transmite a informação ao estoque para a imediata reposição da mercadoria. Após a compra, basta então se dirigir ao caixa, com toda a compra já registrada e efetuar o pagamento. Salienta-se que os carrinhos são munidos de dispositivo GPS (Sistema de Posicionamento Global) bem como, de pequenas telas para a identificação do valor dos produtos e controle do valor total da compra. Num futuro próximo, esta tecnologia permitirá o pagamento das compras através do telefone celular, ou seja, bastará o cliente sair da loja para que a compra seja debitada diretamente em sua conta corrente, através da conectividade entre o celular e o banco.

O implemento destas novas tecnologias combinadas com as novas formas de gerenciamento das redes, além do acentuado movimento de concentração e internacionalização do setor, significa em estagnação ou ainda, em diminuição acentuada dos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se verifica um profundo aumento no faturamento do setor.

A diminuição dos postos de emprego, entretanto, não significam a imediata diminuição de mão de obra utilizada dentro

dos super e hipermercados. É que mesmo diante das mais modernas tecnologias, o trabalho humano não pode ser eliminado em sua totalidade. Verifica-se então dois movimentos que, combinados, implicam na redução dos custos para a loja com relação aos salários pagos e no aumento de sua lucratividade. Por um lado, os trabalhadores empregados em funções tornadas obsoletas com as novas tecnologias, passam a desempenhar outras funções dentro da loja. Há então um reordenamento do pessoal que, dos bastidores (estoque, controle de perdas, etc), passam a ocupar funções diretamente junto à clientela. Devemos lembrar ainda que neste movimento de expansão e reestruturação do setor, a área de venda das lojas também aumentou, havendo assim, a necessidade de trabalhadores para ocuparem este novo espaço.

Por outro lado, as contratações de trabalhadores temporários, parciais, terceirizadas, vêm aumentando consideravelmente nos últimos tempos. É relevante o movimento de terceirização dentro das unidades comerciais. GIOISA (1993) explica que a terceirização é uma técnica administrativa utilizada pelas empresas para repassar algumas de suas atividades - acessórias e de apoio - a terceiros, com os quais se procura manter uma relação de parceria. Assim, serviços de limpeza e

segurança são notoriamente efetuados por pessoal contratado sob esta rubrica. Porém, na atualidade, até mesmo atividades essenciais da empresa são exercidos por trabalhadores terceirizados, tais como vemos hoje com os operadores de caixas, repositores de gôndolas, demonstradores de produtos.

As novas e precárias formas de contratação, o desemprego causado pelo enxugamento do quadro de funcionários em razão da reestruturação e a efetiva implantação de novos sistemas informacionais nas grandes redes, estão levando os trabalhadores a aceitarem e realizarem, cada vez mais, trabalhos extenuantes, com jornadas excessivas, muitas vezes sem o pagamento devido em virtude da assinação do banco de horas, sem carteira assinada, sem direitos sociais, enfim, em total precarização de suas condições. Consolida-se assim, o processo de exploração de homens e mulheres, trabalhadores do setor do comércio, tanto os formalizados quanto os informais.

Considerações Finais

A concentração e a internacionalização do setor varejista trata-se de um processo que tomou corpo e acelerou-

se na última década do século XX. A chegada da rede estadunidense Wal-Mart ao Brasil nos anos 90 pode ser considerado o terceiro grande marco no setor, similar em importância à introdução do autoserviço na década de 50 com a rede Peg-Pag e à chegada dos hipermercados Carrefour na década de 80.

O processo de globalização permitiu que grandes operadores do varejo ganhassem escala, principalmente por meio de fusões, aquisições ou associações. A reestruturação ocorrida no setor, resultou na ampliação dos rendimentos dos grandes *players*, entretanto, ao mesmo tempo, aprofundou o processo de precarização, trazendo consequências severas à classe comerciária em geral.

Dentro desta perspectiva é que apresentamos estas ponderações iniciais que embasam nossa pesquisa e que ora compartilhamos o seu esboço. Desta maneira, o que lançamos, por enquanto como hipótese, é relacionar as severas mudanças no “mundo do trabalho”, como consequência advinda com a reestruturação produtiva no setor comercial e o crescimento das grandes redes hipermercadistas.

Referências Bibliográficas

AC NIELSEN. **Censo varejista brasileiro**. São Paulo, 2002.

- ALVAREZ, Manuel S. B. **Terceirização: parceria e qualidade.** Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas: Cortez, 1998.
- BARATA SALGUEIRO, T. **Do comércio a distribuição: roteiro de uma mudança.** Lisboa: Ed. Celta, 1995, 268p.
- BOITO JR., Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil.** Revista Crítica Marxista, n.3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.
- DIEESE – CONTRACS. **Perfil dos Trabalhadores no Comércio** (http://www.contracs.org.br/documentos/Perfil_Trabalhadores_Comercio_2Edicao2.zip)
- DIEESE. **Estudo Regional n. 3. Reestruturação Tecnológica e Emprego no Comércio em Santa Catarina.** Florianópolis, janeiro de 1999.
- DIEESE. **Boletim 214 - Julho e Agosto de 1999,** disponível em <http://www.dieese.org.br/bol/esp/estjul99.xml>
- FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. **As relações de troca no capitalismo monopolista e suas implicações espaciais: a reestruturação do comércio na região de Presidente Prudente.** 1994. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GIOSA, Lívio A. **Terceirização: uma abordagem estratégica.** São Paulo : Pioneira, 1993.
- HARB, Antonio Geraldo. **As competências organizacionais nos segmentos de hipermercado e supermercado no Brasil.** 2005. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva.** Crítica Marxista, n. 15, outubro de 2002.
- LIMA, Francisco Meton Marques de. **Elementos de Direito do Trabalho e Processo Trabalhista.** 6. ed. São Paulo: LTr, 1997.
- MAGNOLI, D. M. **Comércio varejista: notas sobre o grupo pão-de-açúcar - 1959/1986.** Boletim Paulista de Geografia, AGB, 1988, v. 54, pp. 79-92.
- MEDA, D. **La fin de la valeur "travail" ? .** In *Esprit*, août-septembre. Paris, 1995.
- PINTAUDI, S. M. **Os supermercados na Grande São Paulo: Contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles.** São Paulo: USP, 1981, 108p.

Dissertação (mestrado em Geografia) – FFLCH – USP, 1981.

PINTAUDI, S. M. **O lugar do supermercado na cidade capitalista.**

Geografia, UNESP, 1984, v.9, n.17-18, pp.37-54.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto, 1999.

RIFKIN, J. **The end of work: The decline of the global labor force and the dawn of the post-market.** New York: Putnam's Sons, 1995.

SEGRE, L. M. **Uma análise do segmento de supermercados: estratégias, tecnologias e emprego.** Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 0, n. nº 2, p. 46-56, 2002.